

Incidentes com polícia na Cova da Moura “são um problema do Estado de direito”

Protestos
Ana Henriques

Boaventura Sousa Santos na manifestação anti-racista mostra preocupação com eventual infiltração da PSP pela extrema-direita

Os recentes incidentes entre habitantes e polícia no bairro da Cova da Moura, na Amadora, com vários jovens a queixarem-se de terem sido espancados pelos agentes, “são um problema do Estado de direito e da democracia”, considera o sociólogo Boaventura Sousa Santos, que esteve ontem numa manifestação contra o racismo defronte do Parlamento.

Boaventura Sousa Santos foi um dos manifestantes que conseguiram ser recebidos pelos grupos parlamentares do BE, do PCP e dos Verdes, aos quais explicou que vai avançar com uma petição para que a questão da violência policial “com fortes conotações racistas” e a impunidade deste tipo de comportamentos sejam levadas a debate no plenário da Assembleia. “Nem o PS nem o PSD ou o CDS responderam aos pedidos de audiência, feitos no próprio dia”, explicou o investigador, que teme que o fenómeno da infiltração das forças policiais por grupos de extrema-direita, como sucedeu em França e na Grécia, se possa repetir em Portugal.

O sociólogo, que tem a trabalhar consigo num dos seus projectos académicos um dos jovens alegadamente agredidos, não tem dúvidas de que os relatos dos habitantes da Cova da Moura correspondem à realidade. Segundo esses relatos, a reacção policial foi gratuita, e não desencadeada por nenhum tipo de comportamento dos residentes do bairro, na sua maioria de origem africana. Já a versão policial dos factos fala em resistência à detenção e apedrejamento de uma carrinha da PSP.

A Inspeção-Geral da Administração Interna está a investigar os acontecimentos, que tiveram lugar há uma semana. E o alto-comissário para as Migrações abriu um processo contra-ordenacional pela prática de violência racial contra os polícias da esquadra de Alfragide, acusados de tortura e abuso de poder. “Vocês têm sorte que a lei não permite, senão seriam todos executados” e “deviam alistar-se no Estado Islâmico” são algumas das frases que os jovens garantem ter sido proferidas pelos agentes durante o espancamento.



NUNO FERREIRA SANTOS

Incidentes na Cova da Moura motivaram protesto junto à AR

Polícia condenado por espancamento

O Tribunal Central de Lisboa condenou ontem a pena suspensa de dois anos e ao pagamento de uma indemnização de 2500 euros um polícia acusado de ter espancado em 2009 um jovem no interior da esquadra do Bairro Alto, em Lisboa. O polícia estava acusado pelos crimes de ofensa à integridade física qualificada e de abuso de poder, mas acabou por ser absolvido do segundo crime.

Segundo a acusação, na madrugada de 28 de Novembro, Bruno Oliveira, hoje com 26 anos, encontrava-se num estabelecimento com amigos, quando, no decorrer de uma operação policial em várias artérias do Bairro Alto, terá sido abordado por agentes da PSP, posteriormente conduzido para a esquadra e depois para um vestiário desta.

O tribunal deu por provado que o polícia agrediu Bruno no vestiário, juntamente com outros agentes da PSP (que não foram identificados), “com socos e pontapés”. Como consequência das agressões, a vítima ficou com várias mazelas e esteve, pelo menos, três dias sem poder trabalhar.

Os juízes consideraram de “extrema gravidade” o facto de as agressões terem ocorrido num interior de uma esquadra da PSP.

Jailza Sousa, uma habitante que presenciou o início dos acontecimentos da varanda de casa antes de os jovens terem sido levados para a esquadra de Alfragide, foi atingida no corpo com balas de borracha da PSP, que diz terem sido disparadas propositalmente contra si. Na corporação, fala-se em acidente.

“Preocupa-me este ódio racial”, observa Boaventura Sousa Santos, que quer que a PSP submeta os seus homens e mulheres a cursos intensivos de direitos humanos, feitos em parceria com as universidades, de forma a erradicar os comportamentos xenófobos. Porque só há uma maneira de eliminar o racismo, sublinha o académico: “Reconhecer que ele existe”.

“Os jovens levados para a esquadra têm um nível educacional muito superior a quem os torturou”, sublinha ainda o sociólogo. Alguns deles eram voluntários na associação Moinho da Juventude, um premiado projecto comunitário da Cova da Moura. No Facebook, foram mais de mil os que prometeram aderir à manifestação defronte do Parlamento convocada por esta organização e ainda pelo SOS Racismo e pela Plataforma Gueto. Mas afinal não compareceram mais de duas centenas de pessoas.

“Bateram-me na boca e no nariz, com os bastões virados ao contrário”, descreve Bruno Lopes, um desempregado de 24 anos que também foi ontem a S. Bento. Passou uma noite na cadeia, tendo sido ouvido por uma juíza no tribunal de Sintra, que o mandou soltar mas o obrigou a apresentações periódicas às autoridades. Confrontado pela magistrada com a versão dos agentes, desmentiu-a. Mas diz que também não contou à juíza o que se passou realmente, e como foi agredido: “Não tive oportunidade”.